



MINISTÉRIO DA SAÚDE  
Secretaria de Vigilância em Saúde  
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador  
SCS, Quadra 4, Bloco A, 6º Andar, Ed. Principal  
70.304-000 Brasília-DF  
Tel. (61) 3213.8081 Fax. (61) 3213.8484

## **Relatório: Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no Estado de Alagoas**

**Elaboração:**  
**Paula Morena Braga Passos**  
Técnica especializada  
Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos – Vigipeq  
Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental- CGVAM  
Departamento de Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador – SVS/MS

## **Sumário**

<b>Introdução.....</b>	<b>3</b>
<b>Incidência de Intoxicações por Agrotóxicos.....</b>	<b>5</b>
<b>Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos .....</b>	<b>6</b>
<b>Proposta Estadual .....</b>	<b>7</b>
<b>Municípios priorizados .....</b>	<b>10</b>
<b>Considerações finais.....</b>	<b>13</b>

## Introdução

O Brasil se destaca, desde 2008, como o maior consumidor mundial de agrotóxicos, respondendo por 19% do mercado. Em 2012, estudo da ANVISA e do Observatório da Indústria dos Agrotóxicos da Universidade Federal do Paraná<sup>1</sup>, divulgado durante o 2º Seminário sobre Mercado de Agrotóxicos e Regulação, mostra que a taxa de crescimento do mercado brasileiro de agrotóxicos, entre 2000 e 2010, foi de 190% contra 93% do mercado mundial. Em sete anos, a quantidade de agrotóxicos utilizada por área plantada no Brasil mais do que dobrou, passando de 7 kg por hectare em 2005 para mais de 18 kg por hectare em 2012, segundo dados do AGROFIT/MAPA<sup>2</sup> e IBGE<sup>3</sup>.

De modo semelhante ao comportamento nacional, de acordo com a Tabela 1, observa-se em Alagoas o crescimento da taxa de consumo de agrotóxicos com redução da área plantada, tornando as ações de regulação e vigilância cada vez mais necessárias.

**Tabela 1:** Consumo de agrotóxicos, Alagoas, 2005 a 2012.

Alagoas	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
<b>Ingrediente ativo (Kg)</b>	948.000	1.059.000	1.683.000	1.931.000	1.586.000	3.420.018	3.688.719	16.576.926
<b>Área Plantada (ha)</b>	651.244	640.693	642.400	675.646	650.778	666.109	599.116	527.082
<b>Taxa de Consumo de Agrotóxico (kg/ha)</b>	1,46	1,65	2,62	2,86	2,44	5,13	6,16	31,45

Fonte: IBGE, SINDAG, AGROFIT.

A compreensão dos agrotóxicos enquanto relevante problema ambiental e de saúde pública vem crescendo em paralelo à ampliação de seu uso e das evidências dos impactos que podem causar. Diante do uso intenso e difuso dos agrotóxicos, é possível considerar que a maior parte da população está exposta de alguma forma. Os trabalhadores rurais são certamente os que entram em contato mais direto com estes produtos, e por maior tempo, seja nas empresas do agronegócio, na agricultura familiar e camponesa, seja nas fábricas onde são formulados, ou nas campanhas de saúde pública onde são utilizados. Um segundo grupo seriam as comunidades situadas em torno desses empreendimentos agrícolas ou industriais, onde comumente vivem as famílias dos trabalhadores, em áreas rurais ou urbanas. Um

<sup>1</sup> ANVISA; UFPR. Seminário de mercado de agrotóxico e regulação. Brasília: ANVISA. Acesso em: 11 de abril de 2012.

<sup>2</sup> AGROFIT/MAPA - Sistema de Agrotóxicos Fitossanitários do Ministério da Agricultura.

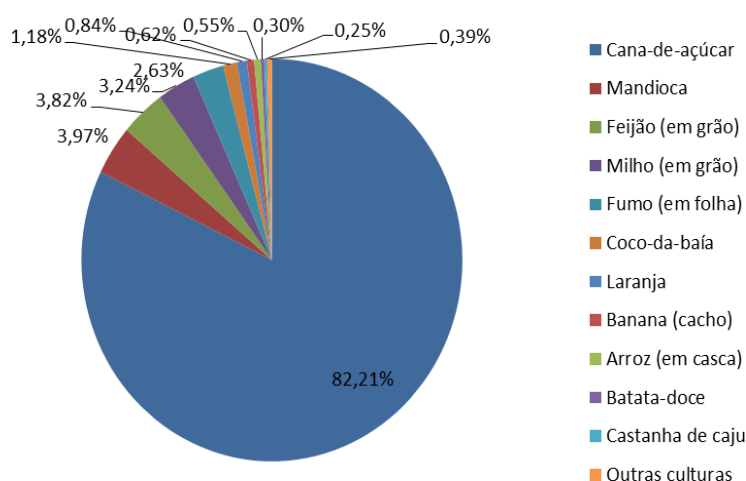
<sup>3</sup> IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

terceiro grupo seriam os consumidores de alimentos contaminados, em que está incluída praticamente toda a população<sup>4</sup>.

Resultados do Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos (PARA), da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), que avaliou os níveis de agrotóxicos nos alimentos de origem vegetal, identificou a existência de amostras insatisfatórias, em aproximadamente 29% em 2011 e 28% em 2012<sup>5</sup>.

Desta forma, cabe ao setor saúde estar atento à exposição ambiental e dos trabalhadores em toda a cadeia produtiva envolvendo os agrotóxicos, a fim de propiciar a estrutura necessária para monitoramento, vigilância e assistência da população exposta.

Foi utilizado em Alagoas, aproximadamente, 16 milhões/kg de ingredientes ativos no ano de 2012, segundo dados do Agrofit. Entre as principais culturas produzidas no estado encontra-se a de cana-de-açúcar que é responsável por 82,21% da produção agrícola, conforme dados da Figura 1:



Fonte: SIDRA/IBGE (Safras, 2012).

Figura 1: Produção agrícola de Alagoas, 2012.

De acordo com o último Censo Agropecuário do IBGE<sup>6</sup> (2006), que recenseou 123.331 estabelecimentos agropecuários em Alagoas, observou-se a predominância de 91% do cultivo de terra pela agricultura familiar, com cerca de 326.135 pessoas ocupadas, resultando em 28% do Valor Bruto da Produção (VBP) do estado.

<sup>4</sup> RIGOTTO, Raquel. [organizadora]. Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernização agrícola no Baixo Jaguaribe/CE. Fortaleza: Edições UFC, 2011.

<sup>5</sup> ANVISA. Programa de Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos (PARA) – Relatório de Atividades de 2011 e 2012. 2013.

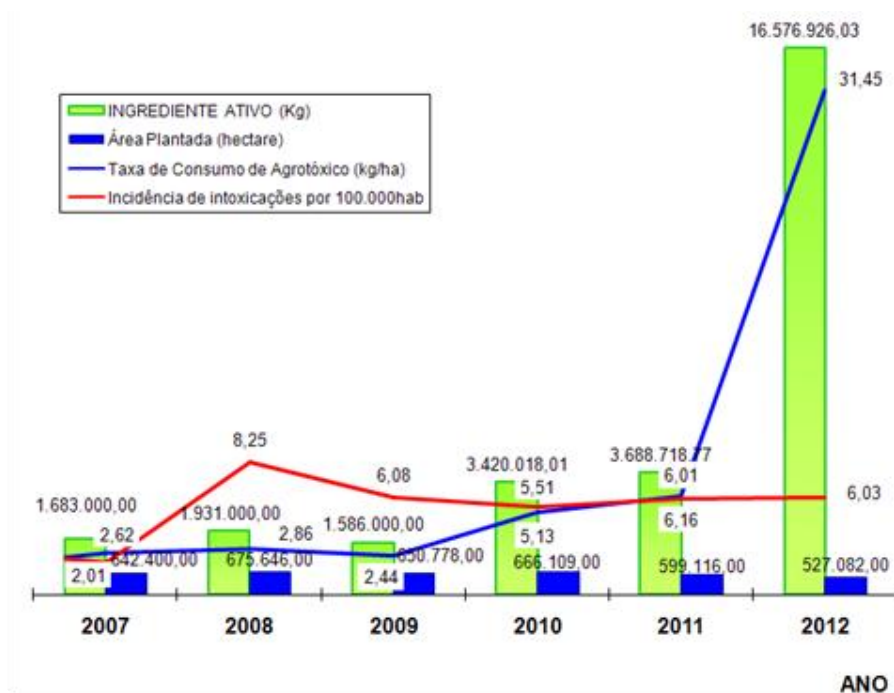
<sup>6</sup> IBGE. Censo Agropecuário 2006. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: MPOG, 2009.

Observa-se, em relação ao uso de agrotóxicos, a fragilidade da agricultura familiar. Devido às suas características socioeconômicas, esse grupo tende a ter menor acesso à tecnologia e à informação, o que pode resultar no aumento do uso de agrotóxicos na plantação, em comparação com os demais produtores. Além disso, sua exposição a essas substâncias tende a ser mais significativa, devido à ausência de técnicas de manejo adequadas e do uso de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), entre outros.

### Incidência de Intoxicações por Agrotóxicos

Segundo a Portaria nº 1.271, de 6 de junho de 2014 (revoga Portaria nº 104, de 25 de janeiro de 2011), a intoxicação por agrotóxicos faz parte da Lista de Notificação Compulsória (LNC) e deve ser notificada através da ficha de intoxicações exógenas do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN).

Em Alagoas, a análise conjunta da evolução da área de produção agrícola, do consumo de agrotóxicos e da incidência das intoxicações, no mesmo período, apesar das oscilações, revelaram uma pequena redução na área de plantio e um aumento de aproximadamente 12 vezes na taxa de consumo de agrotóxicos (gráfico 1). Além disso, a incidência de intoxicações acompanha a tendência de aumento de consumo de agrotóxicos, variando de 2,01 para 6,03 casos por 100.000 habitantes, apresentando um aumento de registro em 2012.



Fonte: SINAN, SINDAG, IBGE, AGROFIT. \*Os dados das intoxicações referentes ao ano de 2012 são parciais.

Figura 1: Consumo de agrotóxicos e intoxicações notificadas no SINAN, Alagoas, 2007 a 2012\*.

A seguir, são apresentados na tabela 2 os dados registrados no SINAN nos municípios prioritizados:

**Tabela 2:** Municípios com registros de notificação por intoxicação a agrotóxicos no SINAN, do Estado de Alagoas, no período de 2010 a 2014\*.

Municípios notificadores	2010	2011	2012	2013	2014	Total
Arapiraca	155	141	144	201	25	666
Coité do Nóia	0	1	0	1	0	2
Craíbas	0	0	3	0	0	3
Feira Grande	4	10	0	0	0	14
Girau do Ponciano	0	0	0	4	0	4
Igaci	0	0	0	0	0	0
Igreja Nova	0	0	0	85	0	85
Junqueiro	0	0	0	0	0	0
Lagoa da Canoa	0	0	0	0	0	0
Limoeiro de Anadia	1	0	0	0	0	1
Palmeira dos Índios	6	16	16	21	7	66
Santa Luzia do Norte	0	0	0	0	0	0
São Miguel dos Campos	0	0	2	0	0	2
São Sebastião	0	0	0	2	1	3
Taquarana	0	0	0	0	0	0
Teotônio Vilela	0	0	0	0	0	0

Fonte: SINAN. \*Os dados das intoxicações a partir do ano de 2012 são parciais.

Ressalta-se que a notificação é ferramenta imprescindível à vigilância, por constituir um dos fatores desencadeadores do processo “informação/decisão/ação”, propiciando o monitoramento oportuno da saúde da população local e o suporte necessário para o planejamento, as decisões e as ações dos gestores nas três esferas (municipal, estadual e federal). Além disso, os registros podem ser feitos por qualquer profissional de saúde, bem como os responsáveis por organizações e estabelecimentos públicos e particulares de saúde e de ensino, o que amplia e facilita a possibilidade de notificação dos casos.

### **Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos**

A Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos compreende um conjunto de ações integradas de prevenção, proteção e promoção da saúde, envolvendo todos os agentes do Sistema Único de Saúde (SUS): gestores, profissionais de saúde e controle social.

Visando fomentar o fortalecimento dessa Vigilância, em 21 de dezembro de 2012, foi publicada a Portaria GM/MS nº 2.938, que autorizou o repasse de R\$ 22.700.000,00 do Fundo Nacional de Saúde aos Fundos Estaduais de Saúde e do Distrito Federal. Em face disso, a Coordenação Geral de Vigilância em Saúde Ambiental (CGVAM), do Departamento de

Vigilância em Saúde Ambiental e Saúde do Trabalhador (DSAST), da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) recomendou aos estados que elaborassem sua proposta de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, com base no “*Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*”, e a submetesse à Comissão Intergestores Bipartite (CIB). O referido instrutivo foi elaborado e pactuado em reunião do Grupo de Trabalho de Vigilância em Saúde (GTVS), com fins de normatização técnica. Esse documento traça diretrizes para a implementação da Vigilância e auxilia os Estados na construção de suas propostas.

Até o final do primeiro semestre de 2014, das 27 unidades da federação, 24 elaboraram as Propostas de Vigilância em Saúde das Populações Expostas a Agrotóxicos e 18 pactuaram suas propostas nas Comissões Intergestores Bipartite (CIB). Esses estados elaboraram diagnóstico situacional visando traçar o perfil da produção agrícola, consumo de agrotóxicos e identificação de populações expostas a essa classe de contaminantes. A partir dos diagnósticos e utilizando critérios como área plantada por cultura, número de notificações de intoxicação exógenas no SINAN, entre outros, a maior parte dos estados priorizaram municípios para a realização de projeto piloto.

Em relação às Propostas Estaduais, a maioria propôs ações de capacitações de profissionais do setor saúde, para aumento e qualificação das notificações de intoxicações exógenas no SINAN. Observa-se ainda, o investimento em estratégias de educação em saúde, com ações direcionadas a trabalhadores (as) rurais e a população em geral e elaboração de materiais educativos. Outra ação citada pela maioria dos estados é a intensificação do monitoramento da qualidade da água para consumo humano, haja vista a importância dos meios hídricos para a disseminação de agrotóxicos e a contaminação de trabalhadores, suas famílias e regiões próximas ao uso, armazenamento e descarte desses produtos. Alguns estados investiram parte dos recursos na compra de equipamentos e insumos para instrumentalizar a Vigilância em Saúde Ambiental.

### **Proposta Estadual**

Para fomentar o fortalecimento da Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos no estado de Alagoas, conforme disposto na Portaria nº 2.938/GM/MS/2012, ocorreu a transferência de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais) ao Fundo Estadual de Saúde, de forma automática e em parcela única, para elaboração e execução de sua proposta.

A “*Proposta Integrada de Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos*” foi aprovada pela CIB de Alagoas em 17 de junho de 2013 (Resolução CIB.AL Nº 038/2013). Esse documento define cinco diretrizes a serem seguidas pela esfera estadual: (1) Instituir uma política de ações sistemáticas e integradas de acompanhamento dos indicadores de saúde referentes aos agrotóxicos e às pessoas expostas; (2) Capacitar o corpo técnico envolvido nas ações de vigilância, controle e assistência às populações e áreas expostas a agrotóxicos; (3) Sensibilizar e mobilizar responsáveis e setores envolvidos nas ações de vigilância, controle e assistência às populações e áreas expostas a agrotóxicos, bem como realizar atividades voltadas aos comerciantes desses produtos e a entidades representantes dos agricultores; (4) Estruturar física e tecnologicamente o serviço de análise de amostras encaminhadas ao laboratório para a detecção da presença de agrotóxicos; (5) Fortalecer e ampliar os serviços de vigilância, informação e assistência aos indivíduos expostos e/ou acometidos.

Com base no tópico III, item 2 do “*Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*”, que define as ações mínimas para a Vigilância, foi analisado o alinhamento entre as atribuições definidas pela proposta estadual e as sugestões descritas no Instrutivo, conforme a Tabela 3. Observa-se que a proposta contemplou todos os eixos contidos no documento.

**Tabela 3:** Análise das atribuições da proposta estadual, conforme as ações mínimas de Vigilância previstas pelo *Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos*

<b>Ações Mínimas (tópico III, Item 2 do Instrutivo)</b>	<b>Contemplado pela proposta estadual</b>
<b>Executar medidas de controle e vigilância em saúde no que se refere à produção, armazenamento, transporte, distribuição, comercialização e utilização e destinação final de agrotóxicos.</b>	Sim
<b>Caracterizar e cadastrar os grupos populacionais em situação de exposição ocupacional ou ambiental a agrotóxicos.</b>	Sim
<b>Executar a vigilância dos ambientes e processos de trabalho.</b>	Sim
<b>Monitorar os resíduos de agrotóxicos em água para consumo humano e em outras matrizes de interesse da saúde.</b>	Sim
<b>Alimentar, monitorar e analisar os dados dos sistemas de informação com regularidade.</b>	Sim
<b>Promover estratégias de educação permanente dos profissionais de saúde.</b>	Sim
<b>Executar a disseminação de informações e comunicação de risco à saúde.</b>	Sim

Em janeiro, abril e maio de 2014, a CGVAM solicitou informações a respeito da execução da Proposta à Divisão de Vigilância em Saúde Ambiental e das ações gerais de vigilância em saúde de populações expostas a agrotóxicos, sendo mantidas pelo estado as informações fornecidas referentes à execução da proposta, conforme exposto no Quadro 1.



**Quadro 1** – Execução da “*Proposta Integrada de Vigilância em Saúde de Populações Expostas aos Agrotóxicos*”

<b>Atribuições Executadas</b>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. <b>Diagnóstico de Perfil de consumo.</b><ol style="list-style-type: none"><li>a. Mapeamento das propriedades/estabelecimentos agrícolas segundo sua forma de produção (monocultura, consorciadas, agricultura familiar, etc.).</li><li>b. Mapeamento da produção agrícola (lavoura temporária e permanente).</li><li>c. Mapeamento de áreas de risco relacionadas aos agrotóxicos, incluindo atividades produtivas relacionadas à exposição dos trabalhadores.</li></ol></li><li>2. <b>Ações conjuntas com parceiros na área da saúde estadual (CEREST, Vigilância Epidemiológica, Vigilância Sanitária, LACEN, Escola de Enfermagem e Farmácia - Esenfar / Ufal).</b></li><li>3. <b>Ações intersetoriais.</b><ol style="list-style-type: none"><li>a. Agência de Defesa Agropecuária de Alagoas /Adeal- Revisão do texto da minuta de lei de agrotóxicos do estado de Alagoas e articulação para o desencadeamento de ações de fiscalização.</li><li>b. Escola de Enfermagem e Farmácia - Esenfar / Ufal - Discussão conjunta para definição de parâmetros técnicos acerca da elaboração da proposta para implantação do Centro de Referência.</li></ol></li><li>4. <b>Instituição de grupo de trabalho intersetorial para discutir, acompanhar e apresentar resultados sobre os assuntos relacionados a agrotóxicos.</b><ol style="list-style-type: none"><li>a. Portaria 246, 5/8/2013 – Publicado do DOE/AL, em 18/10/2013 (SESAU, UFAL, IMA, ADEAL, LACEN, CEREST e IBAMA).</li></ol></li><li>5. <b>Coleta de amostra de água para consumo humano para análise do componente agrotóxico (Portaria 2.914/2011).</b></li><li>6. <b>Atividades voltadas à sensibilização e mobilização de pessoas e setores ligados direta ou indiretamente às questões do comércio, fiscalização e utilização de agrotóxicos.</b><ol style="list-style-type: none"><li>a. Realização de seminários nos municípios de Maceió e Arapiraca para apresentação da situação das intoxicações por agrotóxicos em Alagoas, da proposta estadual de vigilância de populações expostas agrotóxicos bem como debates e disseminação de informações sobre as responsabilidades de cada ente;</li></ol></li><li>7. <b>Elaboração e divulgação de quatro informes trimestrais que relatam a situação epidemiológica da população em relação à exposição a agrotóxicos, bem como outras informações importantes sobre o tema.</b></li></ol>
<b>Atribuições em Andamento</b>
<ol style="list-style-type: none"><li>1. <b>Implantação e operacionalização da unidade de referência estadual que institua os procedimentos de suporte continuado (serviço 0800 ou equivalente) para orientação e referência aos casos suspeitos de intoxicação;</b></li><li>2. <b>Capacitação de profissionais que atuam na investigação epidemiológica, coleta e análise de amostras; equipes de atendimento aos acometidos por intoxicação por agrotóxicos; e o corpo técnico que constituirá a unidade de referência de suporte continuado.</b><ol style="list-style-type: none"><li>a. Capacitação dos técnicos na utilização dos sistemas de informação (Sinan, SIM, Sissolo e Sisagua) e em ferramentas para análise dos dados.</li><li>b. Capacitação dos técnicos das secretarias municipais e estadual de saúde, responsáveis pela coleta e manipulação das amostras de água.</li></ol></li><li>3. <b>Atividades voltadas à sensibilização e mobilização de pessoas e setores ligados direta ou indiretamente às questões do comércio, fiscalização e utilização de agrotóxicos.</b><ol style="list-style-type: none"><li>a. Identificação de áreas contaminadas ou potencialmente sujeitas a contaminação por agrotóxicos.</li></ol></li><li>4. <b>Ações conjuntas com parceiros na área da saúde estadual (Esenfar / UFAL e Vigilância Epidemiológica).</b><ol style="list-style-type: none"><li>a. Realização de uma nova coleta para exames nos trabalhadores da rizicultura de Igreja Nova, coordenada pela Esenfar/UFAL que assegurou a aquisição dos kits para a realização de aproximadamente 200 exames.</li></ol></li></ol>

### Atribuições Não Executadas

- 1. Definir junto ao LACEN – AL, Vigilância Ambiental, Vigilância Sanitária e Vigilância Epidemiológica as necessidades e prioridades referentes à análise de amostras para os parâmetros de agrotóxicos.**
- 2. Levantamento da necessidade de equipamentos e insumos necessários à realização das coletas, acondicionamento, transporte para análise de amostras de agrotóxicos.**
- 3. Aquisição de insumos para encaminhamento de amostras ambientais para análise de agrotóxicos nos laboratórios de referência nacional definidos pelo Ministério da Saúde e contratação de Pessoa Jurídica especializada no transporte de material biológico para encaminhamento de amostras para análises nos laboratórios de referência nacional.**

Fonte: Departamento de Vigilância Ambiental (DVA/SESAU/AL). Data: 01/2014, 04/2014 e 05/2014.

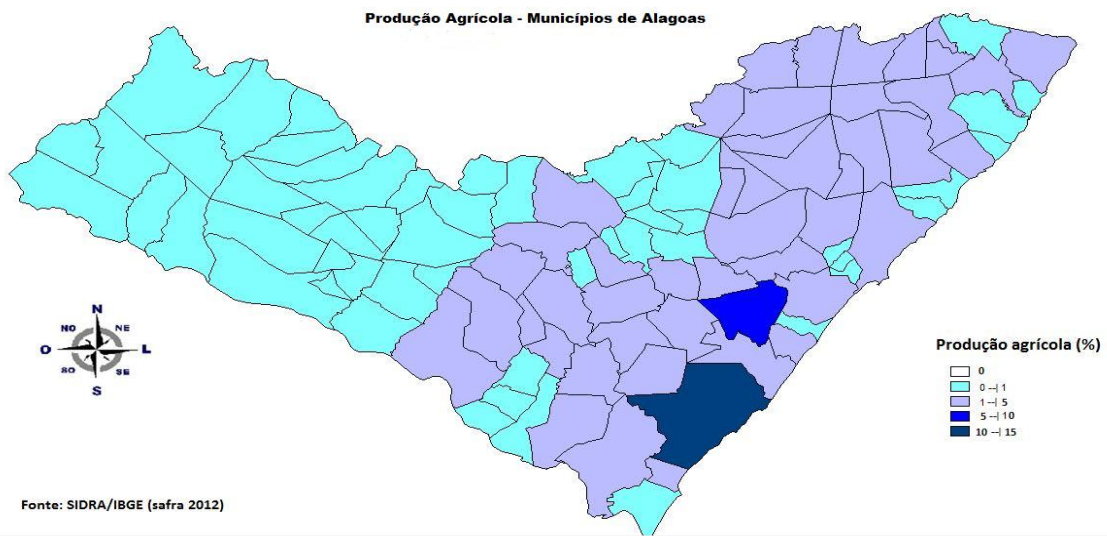
### Municípios priorizados

A priorização dos municípios é ponto relevante da proposta, por possibilitar a otimização de recursos humanos e financeiros e a qualificação da capacidade de resposta às demandas.

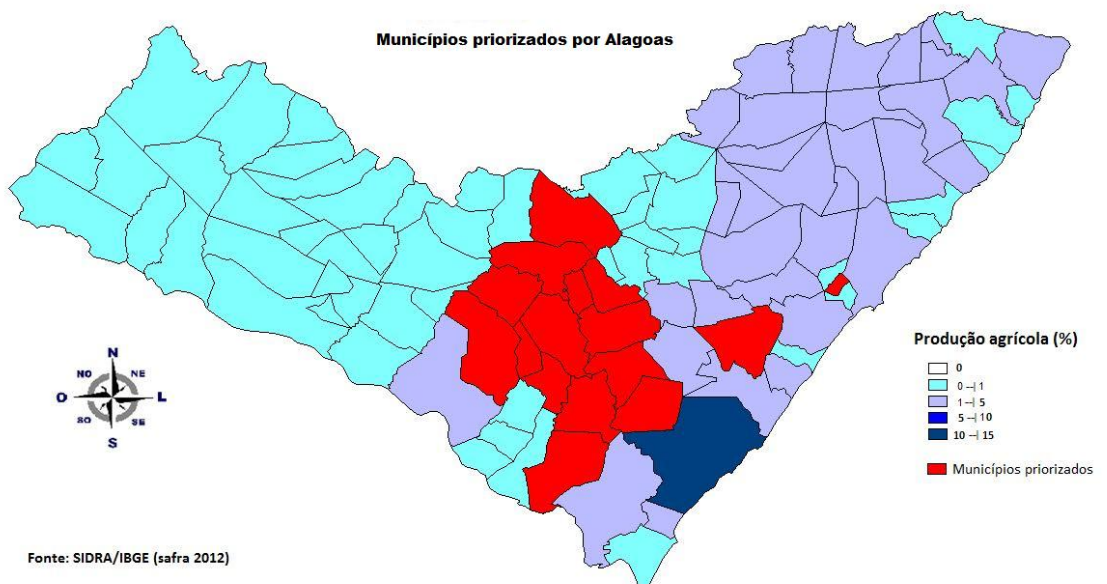
Alagoas elencou dezesseis municípios situados em quatro regiões de saúde: 7ª região (Arapiraca, Feira Grande, Craíbas, Girau do Ponciano, Limoeiro de Anadia, Taquarana, Lagoa da Canoa, São Sebastião e Coité do Noia) e na 8ª região (Palmeira dos Índios e Igaci), por haverem notificado no SINAN, no período analisado, 10 ou mais casos de intoxicação por agrotóxico; na 5ª região, os municípios de Junqueiro, Teotônio Vilela e São Miguel dos Campos, por possuírem grandes áreas de cultivo de cana-de-açúcar, na 1ª região o município de Santa Luzia do Norte, por abrigar uma grande indústria de fertilizantes localizada às margens da Lagoa Mundaú e posteriormente foi incluído o município de Igreja Nova devido à ocorrência de um surto de intoxicação.

Sugere-se avaliar a inclusão do município de Coruripe na lista de prioritários, por ser o de maior produção agrícola no estado e mesmo assim não haver nenhuma notificação de intoxicação exógena por agrotóxicos no SINAN, o que requer uma atenção e análise mais detalhada da realidade.

Destacam-se, a seguir, os municípios de Alagoas conforme percentual de produção agrícola e os municípios efetivamente priorizados (Figuras 1 e 2):



**Figura 1** – Produção agrícola dos municípios de Alagoas.



**Figura 2** – Municípios priorizados por Alagoas.

## **Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano**

A Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano consiste no conjunto de ações adotadas continuamente para garantir que a água consumida pela população atenda ao padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente, bem como avaliar e prevenir os possíveis riscos que os sistemas e as soluções alternativas de abastecimento de água podem representar à população abastecida, abrangendo todo o sistema de produção de água potável.

O monitoramento dessa qualidade envolve procedimento programado de amostragem, mensuração e subsequente registro de diversas características da água, com vistas à avaliação da conformidade da água ao uso pretendido. O Plano de Monitoramento de Agrotóxicos permite considerar as especificidades locais e, por conseguinte, priorizar municípios com maior probabilidade de ocorrência de agrotóxicos na água de consumo humano. Os parâmetros, número de amostras e frequência de monitoramento estão descritos no documento “Diretriz Nacional do Plano de Amostragem da Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano”, revisado e publicado em fevereiro de 2014.

Com relação a Vigilância da Qualidade da Água no estado de Alagoas, verifica-se a necessidade da implementação das ações por parte da vigilância estadual, considerando a não execução das ações relacionadas ao referido monitoramento em 2012, de acordo com o “Boletim Epidemiológico – Monitoramento de Agrotóxicos na Água para Consumo Humano no Brasil, 2011/2012”, publicado pelo Ministério da Saúde, contendo os dados inseridos no Sistema de Informação de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano – Sisagua (dados referentes até o período de abril/2013).

Em 2013, houve coleta para análise de agrotóxicos em água de forma pontual, relacionada à suspeita de intoxicação no município de Palmeira dos Índios, acometido por epidemia de Doença Diarréica Aguda (DDA), fato esse não relacionado à implantação do monitoramento do referido ano.

Sugere-se que seja encaminhado à CGVAM, o Plano de Amostragem, contendo a definição dos municípios prioritários, os respectivos quantitativos amostrais, bem como a previsão de coleta/envio das amostras ao Instituto Evandro Chagas (IEC), de forma a iniciar as ações referentes ao monitoramento de agrotóxicos em água para consumo humano no estado e posteriormente, manter o apoio aos municípios para alimentação dos dados no Sisagua, visto que esta é uma importante ferramenta para planejamento e operacionalização das ações de vigilância.

## **Considerações finais**

A proposta do estado de Alagoas destaca-se por abranger ações em todos os aspectos sugeridos no Instrutivo Operacional de Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, por pactuar sua Proposta na Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ainda no primeiro semestre de 2013 e por demonstrarem considerável esforço para cumprimento das metas estabelecidas, principalmente relacionado ao processo de implantação do Centro de Informação Toxicológica.

Nesse sentido, a CGVAM reconhece e parabeniza a Secretaria de Estado de Saúde de Alagoas pelo seu empenho nas atividades voltadas para a Vigilância em Saúde de Populações Expostas a Agrotóxicos, refletido nas ações propostas já executadas e iniciadas no estado. No que se refere à Vigilância da Qualidade da Água, propõe-se que seja encaminhado o Plano de Amostragem para que ações sejam adotadas continuamente na perspectiva de garantir que a água consumida pela população atenda ao padrão de potabilidade estabelecido na legislação vigente.

Com base nestas considerações, apresentam-se alguns pontos sugestivos para o fortalecimento da vigilância: concretizar a implantação do Centro de Informação Toxicológica ou órgão correlato, conforme descrito em quadro 1; fortalecer as parcerias com os municípios e instrumentalizá-los para implantação da proposta; educação permanente aos profissionais da atenção básica quanto às intoxicações e notificações por agrotóxicos; apoiar o monitoramento e a vigilância de agrotóxicos em água para consumo humano e estimular a notificação dos casos de intoxicação no SINAN nos municípios.

Reitera-se também, a sugestão de incluir o município de Coruripe na lista de prioritários, por ser o de maior produção agrícola no estado e mesmo assim não haver nenhuma notificação de intoxicação exógena por agrotóxicos no SINAN, o que requer uma atenção e análise mais detalhada da realidade.

O processo de notificações no SINAN vem se consolidando no estado. Entretanto, dar maior visibilidade ao problema é de suma importância para tomadas de decisão em políticas públicas. Nesse sentido, a Vigilância deve somar esforços para o aumento desses números de notificação.

Além disso, o Grupo Técnico de Vigilância em Saúde da Comissão Intergestores Tripartite (GTVS-CIT) aconselhou, recentemente, que todos os estados buscassem definir estratégias para ampliar a participação dos municípios na construção e na implementação das ações. Estas ações devem ser fortalecidas, buscando sensibilizar os gestores locais a respeito da problemática dos agrotóxicos.